



EXCLUSIVO
Luciano Coutinho

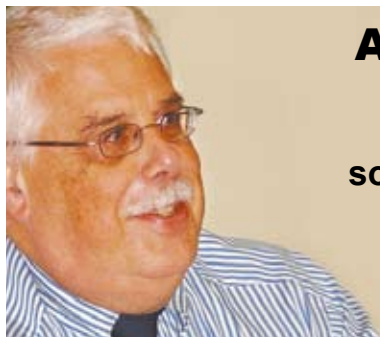


**“O BRASIL DEVERIA
AMBICIONAR CRESCER
PERTO DE 6% aa.”**

**“Depois de 25 anos de crise
e pasmaceira, queremos
crescimento acelerado!”**

“Os novos números (do IBGE) nos mostram que a economia brasileira pode crescer não só a 3,5% ou 4,5%, como muito teorizam, mas deveria ambicionar crescer acima de 5%, preferencialmente perto de 6% aa. Com essa nova metodologia é possível imaginar esses números para a taxa de crescimento da economia brasileira”.

*Um Neodesenvolvimentismo vem por aí. Pelo menos no que depender do pensamento do novo presidente do BNDES, Economista Luciano Coutinho, ex-presidente do CORECON-SP. É o que se infere da entrevista exclusiva que concedeu ao “O Economista”, poucos dias antes de ser nomeado - provavelmente a última concedida antes da sua posse - onde pode mostrar francamente suas posições a favor do crescimento acelerado e sustentado, posição coincidente com a defendida pelo CORECON-SP, expressa em duas campanhas publicitárias recentes e em todas as suas manifestações. Acompanhe a entrevista com o nosso ex-presidente na **página 4***



Affonso Celso Pastore
dá uma grande aula sobre
Câmbio no Brasil, e sua visão
sobre as reservas internacionais
que o Brasil acumulou, e
seu melhor destino
página 8

**Conselheiros
do CORECON-SP**
relatam suas visões
de Turquia e Egito,
visitados pela Missão
de Economistas
Brasileiros
pág.12



CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA 2ª REGIÃO - CORECON-SP

Presidente: Wilson Roberto Villas Boas Antunes
Vice Presidente: Waldir Pereira Gomes
Conselheiros Efetivos: Antonio Luiz de Queiroz Silva, Carlos Alberto Safatle, Carlos Eduardo Soares Oliveira Junior, Francisco Silva Coelho, Jamil Zantut, Jin Whan Oh, José Carlos de Medeiros Magliano, José Euzébio Cruz, Nancy Goreti Gorgulho Chaves Braga, Rafael Olivieri Neto
Conselheiros Suplentes: Arnaldo Pavlovsky, Celina Martins Ramalho, Cláudio Gonçalves dos Santos, Eduardo Montalban, João Pedro da Silva, José Paulo de Araújo Cunha, Marcelo Martinovich dos Santos, Marcus Alberto Flocke, Modesto Stama, Reinaldo César Cafeo, Rudinei Toneto Júnior
Conselheiros por São Paulo no Conselho Federal de Economia - COFECON: Synésio Batista da Costa, Paulo Brasil Correa de Mello, Heron Carlos Esvaldo do Carmo

O Economista - Publicação oficial do CORECON-SP
 Opiniões e conceitos emitidos em matérias assinadas, anúncios ou mensagens de caráter publicitário não têm necessariamente o ponto de vista do jornal. **Periodicidade:** mensal. Editado por Sergio Storti Comunicação - EPP E-mail storti.com@uol.com.br
Textos, Fotos e Projeto Gráfico: Sergio Storti (MTb 10.912-SP)
Design Gráfico: Aristides Neto - **Supervisão:**
Administração: Rua Líbero Badaró, 425 - 14º andar - Centro São Paulo- SP. Telefone: 11 3291-8700. Fax: 11 3291-8701 3291-8702.
E-mail: helio@coreconsp.org.br

DELEGACIAS REGIONAIS

Horários e notícias acesse: www.coreconsp.org.br/delegacias

ABC - Flávio

Delegado Regional: Elias Julio Pozenato
 Rua Senador Fláquer, 45 - Sala 42 - Centro
 09010-160 - Santo André-SP
 Tel/Fax: (11) 4436-6482

ARAÇATUBA - Francine

Delegado Regional: Alair Orlando Barão
 Rua Osvaldo Cruz, 1 - 9º andar - Sala 94 - Centro
 16010-040 - Araçatuba-SP
 Tel.: (18) 3624-5311

BAURU - Rilzi

Delegado Regional: Antonio Gérson de Araújo
 R. Gustavo Maciel, 2148 - sala 30 - Jardim Paulista
 17012-110 - Bauru-SP
 Tel/Fax: (14) 3227-1646

CAMPINAS - Gilberto

Delegado Regional: Paulo César Adani
pcadani@coreconsp.org.br
 R. Barão de Jaguará, 707 - Sala 142 - Bloco Amadeus - Edif. Centro. Empresarial de Campinas
 13015-926 - Campinas-SP
 Tel/Fax: (19) 3236-2664/9742

JUNDIAÍ - Cláudio

Delegado Regional: Marino Mazzei Júnior
 Rua do Retiro, 432 - Sala 12- Anhangabaú
 13201-795 - Jundiaí - SP
 Tel/Fax: (11) 4586-6121

PRESIDENTE PRUDENTE - Leonardo

Delegado Regional: Alvaro Barboza dos Santos
 R. Prof. Marcolino Pereira Chagas, 161- Vila Furquim
 19030-420 - Presidente Prudente-SP
 Tel.: (18) 3223-9015

RIBEIRÃO PRETO - Uriel

Delegado Regional: José Avelino Franco do Amaral
 Rua Américo Brasiliense, 284 - sala 105 - Centro
 14015-050 - Ribeirão Preto-SP
 Tel.: (16) 3610-6126

SANTOS - Demétrius

Delegada Regional: Josefa B. Molina Poletti
 Pç. da Independência, 11 - Cj. 211 - Gonzaga
 11060-100 - Santos-SP
 Tel/Fax: (13) 3284-9890

SÃO JOSÉ DOS CAMPOS - Elizabeth

Delegado Regional: Antônio Gomes de O. Filho
antonioogomes33@gmail.com
 Av. 9 de Julho, 394 - Sala 51 - Vila Icarai
 12243-001 - São José dos Campos-SP
 Tel/Fax: (12) 3941-5201

SÃO JOSÉ DO RIO PRETO - Valquiria

Delegado Regional: Hipólito Martins Filho
 Avenida Bady Bassiti, 3777
 15015-700 - São José do Rio Preto-SP
 Tel/Fax: (17) 3233-0154

SOROCABA - José

Delegado Regional: Geraldo César Almeida
 Rua Padre Luis, 17 - 9º - Sala 96 - Centro
 18035-010 - Sorocaba-SP

INDICE

3 EDITORIAL
Soberana vontade da maioria: o conceito básico da democracia

8 DEBATE
Prof. Dr. Affonso Celso Pastore fala sobre as reservas internacionais

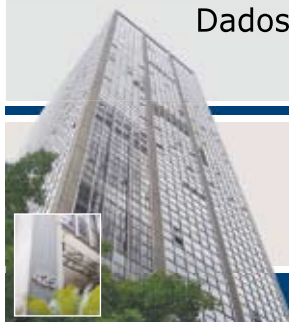


4 EXCLUSIVO
Luciano Coutinho: "O BRASIL DEVERIA AMBICIONAR CRESCER PERTO DE 6% aa."

ESTATÍSTICAS DE USO CORRENTE, BENEFÍCIOS E PARCERIAS

Dados à disposição e atualizados no nosso site. Consulte!

www.coreconsp.org.br



ENDEREÇO DA NOVA SEDE DO CORECON - SP
CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA - 2ª.R-SP
RUA LÍBERO BADARÓ, 425 -14º. ANDAR
CENTRO - SÃO PAULO

FALE MELHOR USANDO LINHAS DIRETAS

DEPARTAMENTOS	RESPONSÁVEIS	FONES
Atendimento Geral		3291-8700
Fax		3291-8701
Fax Cobrança		3291-8702
Supervisora Executiva	Maria Dolores Mayan madolores@coreconsp.org.br	3291-8720
Ouvidoria	Alexandra Almeida ouvidoria@coreconsp.org.br	3291-8722
Assessoria de Imprensa	Hélio Perazzolo helio@coreconsp.org.br	3291-8721
Consultoria Jurídica (5ªs F)	Delano Coimbra delano@aasp.org.br	3291-8700/8824
Informática	Marcelo Saponara marcelo.saponara@coreconsp.org.br	3291-8703
Fiscalização		3291-8725
Atendimento Registro	Ana Cristina Carvalho ana.carvalho@coreconsp.org.br	3291-8713/15
Registro	Gilda Moreira de Lima gilda.moreira@coreconsp.org.br	3291-8712
Assessoria Jurídica	Paulo Roberto Siqueira paulo.siqueira@coreconsp.org.br	3291-8707
Divisão de Ind. e Pesquisas	indicadores@coreconsp.org.br	3291-8728
Contabilidade e Depto. Pessoal	Irene Cavalero Carajeleascov irene.carajeleascov@coreconsp.org.br	3291-8718
Cobrança	Sidnei Santana sidnei.santana@coreconsp.org.br	3291-8709
Delegacias Regionais	Sonia Maria de Oliveira sonia.oliveira@coreconsp.org.br	3291-8717

Soberana vontade da maioria: o conceito básico da democracia

A democracia usa de um método muito simples para estabelecer a vontade dos seus participantes: basicamente é apenas aritmética, a soma dos votos para um sim ou por um não, e a vitória e implantação do conceito que obtiver maioria. Mas, a considerarmos a democracia brasileira, ou está errada a aritmética ou ela própria, à vista do que prevalece e do que é relegado, na observação das prioridades eleitas e dos desejos relegados.

É óbvio e constatável que toda a população deseja ter segurança, mas Congresso e mesmo o Executivo criam a mística de que não se deve pensar em problemas quando esses problemas acontecem, ou seja, não se pode falar de crime quando os crimes estão “frescos” ainda, crimes que revoltam e reviram o estômago dos cidadãos, como o massacre covarde de uma criança no Rio, ou da garota aqui em São Paulo estuprada por vários dias, por vários criminosos, e depois retalhada a facão. Nesses momentos os representantes do povo, quase que unanimemente preferiram tapar o sol com a peneira, ou as faces não sujeitas ao rubor da vergonha com frases de efeito, como a população assistiu no passado recente.

Muito bem, passou o furor popular da hora e o que aconteceu depois dele? Nada, ou apenas paliativos, que não vão ao encontro do desejo, da vontade da maioria, ou seja, de um real endurecimento nas punições e penas e dos instrumentos de repressão ao crime. Ao crime sim, não “à violência”, eufemismo criado, e repisado pela mídia, para dar como generalizado o conceito da própria “violência”, ou seja, de que somos todos “violentos”, mitigando assim a questão, para assim, talvez, quem sabe, “acalmar” a população e numa total inversão de valores, chamá-la indiretamente à uma responsabilidade que não é sua, (pelo contrário é sua vítima – sutilmente querendo passar o conceito de que a “violência” tem como responsáveis os próprios cidadãos, a sociedade honesta, trabalhadora e responsável, a sociedade legal e formalizada, que paga os impostos. Culpa que, na contra-mão, dividindo o país, nunca é atribuída à sociedade informal, essa sempre tida apenas como vítima, sociedade paralela que se multiplica em todos os aspectos, à qual tudo é permitido e tudo é desculpado, nada é cobrado ou punido, no velho chavão de que são apenas “vítimas do modelo social”.

Os dois assuntos citados, crime, organizado ou “informal” atacando a sociedade trabalhadora cumpridora dos seus deveres, são apenas dois exemplos entre dezenas de questões de profundidade que precisam ter marcadas a real vontade da cidadania, auscultados e ouvidos os eleitores e os contribuintes. Estariam os economistas que lêem este editorial concordes com as posições colocadas nos parágrafos anteriores, ou são completamente divergentes delas? Quantos concordariam com elas e quantos não o fariam? Constituiriam essas parcelas, se quantificadas, maiorias suficientes para se manterem o status quo ou para se exigirem mudanças radicais e profundas nos processos de crime e punição?

Explicamos agora que os conceitos colocados acima só o foram como uma espécie de exercício, como um exemplo forte de questões profundas que a sociedade brasileira enfrenta. Não pleiteiam serem corretos, e nem se propõem como errados, são apenas posições coletadas aqui e acolá, no seio da população, posições, portanto reais, que estão representadas nos meios de comunicação por manifestações ou consultas realizadas aleatoriamente. Foram, enfim, usadas para um intróito ao tema que o CORECON-SP quer colocar em questão neste momento de mudança na sociedade: os econo-

mistas devem ou não tomar e publicar posições políticas objetivas sobre a realidade brasileira?

É notório que o Conselho Regional de Economia sempre, em toda sua existência, se manifestou e continua se manifestando sobre as mais importantes questões da política e da política econômica brasileira: esta é sua tradição e permanecerá. Mas, os tempos mudaram, e há a necessidade de se tomar uma nova política de comunicação (e por isso aprovou-se em janeiro um Plano de Comunicação Integrada para 2007), pois houve uma revolução nos meios de comunicação e nos processos de divulgação da informação. Se ontem o Conselho dependia dos meios e veículos externos para fazer chegar sua opinião à maioria, hoje a situação é diferente, e o CORECON-SP dispõe de seus próprios meios e de imediato acesso à sociedade, ou seja, um site bem estruturado e preparado, um canal de televisão via WEB, também com o seu tradicional porta-voz, o jornal “O Economista”, além de uma eficiente Assessoria de Imprensa e de todo o trabalho de Relações Públicas exercido institucionalmente pela sua Presidência e Conselheiros.

Retornando àquela pergunta, se deve ou não o Conselho publicar posições políticas, trata-se agora, diante desses novos tempos, de ampliar essa possibilidade de manifestação, abrindo nos meios de comunicação próprios, site e canal WEB TV em especial, com chats interativos, pesquisas de opinião sobre as questões mais fundamentais das quais vimos tratando até aqui, colhendo assim não só as opiniões dos representantes eleitos dos economistas, Conselheiros e Presidência, mas a própria opinião de todos eles, direta e democraticamente. Colhidas e tabuladas, essas pesquisas ratificadas pela manifestação livre, espontânea e democrática, constituirão dados de total importância para se ter um perfil muito mais completo e acabado do que seja a vontade e o pensamento dos profissionais economistas de São Paulo, resultados que serão levados à mídia, se assim for a vontade da maioria, mostrando a todos a importante e abalizada opinião dos economistas.

Essas pesquisas deverão ser feitas, no início do trabalho, apenas com inscritos no CORECON-SP, e deverão ser ampliadas nas fases seguintes do processo para pesquisas mais amplas e dirigidas a todos os economistas do Brasil, e numa terceira fase abertas também a toda a sociedade. Certamente deverão aparecer nas consultas questões como essas que o Brasil enfrenta, que deveriam ser decididas pelo eleitor e consagradas na mãe de todas as reformas, uma reforma política: deveria ter o país financiamento público para as campanhas políticas, com possibilidade de contribuição direta dos eleitores via declaração de renda? Deveríamos fazer a unificação das eleições de todos os níveis de Governo? Fim da reeleição ou desincompatibilização obrigatória nos 6 meses que antecedem a eleição? Fim do mandato de 8 anos para senador, ou não?

Assim, pensa a presente gestão do CORECON-SP, que poderá oferecer com essas pesquisas canal para que o economista profissional manifeste suas opiniões e posições, seja melhor compreendido, e em toda a extensão de sua capacidade profissional e analítica, e portanto mais valorizado, na proporção direta de sua indiscutível capacidade para contribuir para o crescimento do país e da sociedade.

O processo de levantamento de pesquisas é complexo e demanda trabalho, tempo e acima de tudo muita responsabilidade. O CORECON-SP está trabalhando para que em breve este projeto de cidadania e participação com responsabilidade da vida pública possa se concretizar.

EXCLUSIVO
Luciano Coutinho

Texto e fotos: Jornalista Sergio Storti



“O BRASIL QUER CRESCIMENTO SUSTENTADO”

A última entrevista do economista Luciano Coutinho, antes da sua nomeação para a Presidência do BNDES, foi gravada pelo “O Economista”, onde ele mostra o seu pensamento e opinião sobre básicas questões da economia brasileira atual, e assim dá pistas que nos permitem inferir quais serão as linhas de trabalho e incentivo que provavelmente adotará na sua gestão no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, idéias que acredita e que certamente defenderá na importante função já assumida.

O economista Luciano Coutinho é ex-presidente do Conselho Regional de Economia de São Paulo, por três gestões, em 1984, 1985 e 1990, fato que orgulha os seus colegas economistas profissionais do Estado de São Paulo, nomeação pela qual o CORECON-SP envia suas mais efusivas congratulações e votos de boa sorte e sucesso na gestão que se inicia.

Qual a posição do senhor sobre a nova metodologia de cálculo do PIB adotada pelo IBGE?

Luciano Coutinho: -A nova metodologia do IBGE prevê o aumento do peso dos serviços, a redução da indústria e da agricultura, e o aumento também do peso do serviço público. Então, era esperado que como os serviços têm uma inércia de crescimento e o setor público também, era esperado que fosse revisto para cima o crescimento de 2006. A expectativa era de que ele fosse 3,5%, e assim 3,7% está só um pouco acima. Mas, acredito que essa revisão metodológica é muito positiva porque passa a computar várias atividades e vários mecanismos de produtividade que não eram captados antes, pela metodologia velha do IBGE. Esta subestimava o tamanho do PIB e o tamanho do consumo das famílias brasileiras.

- Dá para se afirmar que o Brasil não vinha crescendo tão pouco como aquilo que vinha sendo registrado?

LC: - Dá para dizer isso, mas eu queria chamar a atenção também para o

fato de que a qualidade do crescimento era baixa, e quero dizer com isso que vimos crescendo em atividades onde a renda média e o valor agregado são relativamente baixos e, portanto, não permitiam um aumento tão substancial do Bem-estar e melhora da distribuição de renda no país. Eu preferiria esse mesmo crescimento com outras características, o que permite essa análise sobre a sua qualidade.

Mas, também indicam esses novos números que a economia brasileira pode crescer não só a 3,5% ou 4,5%, como muito teorizam, mas deveria ambicionar crescer acima de 5%, preferencialmente perto de 6% aa. Com essa nova metodologia é possível imaginar esses números para a taxa de crescimento da economia brasileira.

- O que é necessário para se alcançar isso?

LC: O grande desafio para se alcançar esse crescimento é aumentar o investimento. Nós temos um desbalanceamento entre consumo e investimento, e o segredo para crescer, com estabilidade de preços, é investir muito, criar capacidades novas, criar Oferta nova (o que previne o apare-

cimento de tensões inflacionárias) e cria emprego. Portanto, a estratégia de crescimento da economia brasileira precisa estar focada primeiro no investimento e depois no consumo.

- O PAC é um programa de investimentos: com ele podemos acreditar, então, que poderá vir o crescimento, e com ele a qualidade do crescimento pode melhorar?

LC: - O PAC é absolutamente fundamental, ele não pode falhar. Se não funcionar, a Economia não vai crescer e o Setor Privado não vai confiar na sustentação do crescimento. Principalmente os investimentos em geração de energia elétrica são essenciais para sustentar o crescimento depois de 2010. Então, é preciso fazer um esforço grande de gestão e de aumento de eficiência do governo, de melhorar a qualidade das finanças públicas para assegurar o PAC.

De um lado, se o PAC for concretizado e se a expansão do crédito for razoavelmente orientada em favor do investimento, e não tanto para o consumo, nós poderemos ter crescimento sustentado. Agora, se o PAC falhar e o

crescimento for motivado apenas por uma expansão do crédito para consumo, nós vamos ter uma “bolha”, que dura pouco, e não é isso que o Brasil quer, quer crescimento sustentado: depois de 25 anos de crise, de pasma-ceira, nós queremos o crescimento acelerado!

Temos que, como já disse, melhorar a capacidade de gestão e de atrair para o setor privado para o investimento nas infra-estruturas. É necessária a arte de combinar segurança jurídica, garantias e mitigação das dificuldades de riscos, em vários planos, para que o setor privado possa entrar maciçamente no investimento.

- Que sinais poderão identificar que o plano está funcionando?

LC: -Nós temos um exemplo emblemático, que será a licitação das usinas do Rio Madeira; acho que é um grande teste à capacidade de se produzir um edital que torne viável a conjugação de investidores dispostos a empenhar dez bilhões de dólares num grande programa. Se conseguirmos ultrapassar essa prova acho que o PAC, definitivamente, vai dar certo.

“A indústria é o complexo de tecnologia de informação.”

Palestra realizada na FEA-Faculdade de Administração e Economia da USP, escola onde se formou Luciano Coutinho, atual Presidente do BNDES, realizada na série de seminários coordenados pelo Prof. Dr. Delfim Netto e pelo Chefe do Departamento de Economia da FEA, Prof. Joaquim Guilhoto. Participaram da palestra também o Prof. Dr. Carlos H. Brito Cruz (que aparece ao centro, na foto abaixo) diretor científico da Fapesp, o Prof. Dr. Roberto Vermulm, e o Prof. Dr. Hélio Nogueira Cruz, ambos da FEA.

(Alguns trechos do palestra)

“Na minha visão, infelizmente, nós não teremos em curto prazo os 150 mil cientistas que o Brasil precisaria para o seu real desenvolvimento, como foi colocado aqui, e essa impossibilidade vem como reflexo da própria realidade da estrutura do sistema manufatureiro e de serviços do país. Até 1980 tínhamos uma estrutura de produção muito parecida com a dos países desenvolvidos; nós fizemos um esforço muito grande para capturar o paradigma da II Re-

volução Industrial, chegamos muito perto e em 1980 o país era muito mais desenvolvido do que a Coréia, por exemplo. E eu não subestimaria o efeito destrutivo que a crise dos anos 80, da dívida e da inflação, e nos anos 90 da alta instabilidade, e depois da estabilização, que foi excessivamente onerosa, e que mesmo assim só se completou, de fato, em 2005, ou seja, passamos por um período muito largo de crises, espaço de tempo no qual padecemos de falta de estratégia (não é só uma questão de Estado ineficiente) ou fizemos movimentos pendulares. Ora superproteção e intervenção, por conta das necessidades da crise cambial violentíssima dos anos 80, depois a abertura, feita também de maneira atabalhoada, ou seja, fizemos oscilações que se mostraram destrutivas. O efeito desse quadro foi muito negativo, uma das grandes causas do não-avanço brasileiro, pois exatamente coincidiu com aquele em que no mundo o complexo de tecnologia de informação e comunicações decolou, como lembrou o Prof. Brito, e mudou a realidade das estruturas industriais para novos paradigmas. Dou números para fundamentar isso: em meados dos anos 70, no mundo desenvolvido, esse complexo de tecnologia de informação representava 3% do orçamento das indústrias, e 15 anos depois, em fins dos anos 80

já estava em 15% do valor agregado da indústria de transformação, em média, ou seja quintuplicou. Isso, no fim da década de 90, já estava em 25%, uma quarta parte do valor agregado da indústria manufatureira dos países desenvolvidos.

A indústria é o complexo de tecnologia de informação, que começou a permear tudo, a velocidade de progresso disso continua, e temos ainda mudanças muito grandes acontecendo no padrão de equipamentos de consumo, no padrão de telecomunicações, com as tecnologias wireless, tv digital, a convergência muito provável entre consumo e telecom, etc., enfim, uma revolução contínua e veloz. Em equipamentos de instrumentação científica há um fantástico avanço, com imensas diferenças antes se fazer observação e pesquisa científica há 20 anos e hoje, como isso tudo aplicado à medicina, por exemplo.

O escopo de abrangência desse processo não pára de crescer, também pela capacidade de processar e armazenar informação por um preço relativo que é o que mais caiu na história das economias, em qualquer ciclo. E, portanto, a capacidade de aplicar essa tecnologia de maneira muito ampla na indústria e nos serviços vai no mesmo ritmo acelerado, e o seu peso no progresso deles é notório.

Tendo dito tudo isso, informo agora que no Brasil o complexo de tecnologia de informação e telecomunicações não cresceu. O número que era de 3% em 70, no mundo desenvolvido, e já passou dos 25%, estimo esteja perto dos 30%, aqui, saiu dos mesmos 3% daquela altura para talvez 5% (vou calcular isso, mas não acho que passe de 5%). E isso está ligado a uma série de problemas complicados, desde os macroeconômicos, aos de falta de coerência entre as políticas e falta de estatísticas. Lembro agora o que nos disse o Prof. Roberto Vermulm há pouco, que os países que conseguiram desenvolver bem esse campo, o fizeram em grande parte com empresas nacionais, exemplo a Coréia, outro o Japão, Taiwan, Finlândia, Estados Unidos. É claro que esse processo de TI não é homogêneo, os países têm especialidades dentro dele, pouco tem o processo completo, talvez o Japão se coloque em quase todas as áreas.

Resumindo, mas com essas informações, sem querer discutir desencontros do Brasil nos últimos 25 anos, quero dizer que isso não avançou no nosso país. E esse conjunto de setores essenciais para poder evoluir depende de taxas de PED e inovação muito intensas, setores que na média gastam 10%, ou mais, do faturamento efetivo, e se não gastar, morre.

E o que pergunto é o seguinte, já que vamos ter que fazer de novo esse caminho de aprendizado: será que uma política de alianças com transnacionais para fazer mais PED aqui pode ajudar? Acho que pode. Elas sozinhas resolvem? Não sei, acho que não, acho que precisamos ter empresas nacionais também, mas o desenvolvimento delas vai se lento e é preciso que encontrem nichos para darem o salto e operarem globalmente. O grande desafio é, portanto, como desenvolver empresas capazes de participar do jogo global em microeletrônica, em consumo, em telecom, etc.



O profissional de economia e sua atuação no mercado de trabalho

Cláudio Gonçalves



O Economista é um profissional flexível, se integra no mercado de trabalho quer seja na iniciativa privada ou pública. Tem seu mercado de trabalho ampliado especificamente na atuação financeira, desenvolvendo projetos de investimento, solucionando problemas de cunho econômico financeiro ou administrativos em qualquer ramo de atividade econômica. Podendo atuar com:

- **Consultoria Econômica** – indispensável para empresários e executivos em empresas de todos os setores;

- **Estudos e Projetos** – analisando impactos econômicos de cenários de longo prazo para setores específicos; analisando e apresentando alternativas de financiamento para projetos que apresentem viabilidade econômica, elaborando estudos setoriais e laudo de avaliação de empresas;

- **Pareceres econômicos** – elaborando pareceres econômicos destinados a clientes que exijam notória especialidade e credibilidade;

- **Análise setorial** – Projeções e tendências dos vários setores da economia que permitem ao cliente identificar oportunidade de investimento e os riscos associados a tais oportunidades;

- **Mercado Financeiro** – entendendo o funcionamento dos mercados de bolsa de valores, atuação no planejamento financeiro, na captação e aplicação de títulos e valores mobiliários;

- **Organismos Internacionais** – atuação na análise de cenários e elaboração de estudos de mercados e blocos comerciais;

- **Relações Internacionais e Comércio Exterior** – com a expansão do comércio e a integração dos países em blocos comerciais, o economista atua de forma positiva, agregando valor, pois possui conhecimento generalista, com visão para identificar riscos e oportunidades;

O profissional da ciência econômica pode atuar como Executivo, Gerente, Controller, Perito, Analista de Investimentos, Pesquisador, Empresário ou Professor Universitário.

O **Economista** também é o profissional com conhecimento técnico e expertise necessária para elaboração dos mais simples aos mais complexos Planos de Negócios (*Business Plan*). Os Planos de Negócio envolvem (i) Planejamento Estratégico com definição de objetivos e metas, (ii) Análise dos Produtos ou serviços a serem oferecidos; (iii) Análise do Mercado com descrição do segmento de mercado e análise da concorrência e (iv) Planejamento de vendas – análise dos 4Ps com visão estratégica.

Após a aprovação da nova Lei de Falências em 9 de fevereiro de 2005 (Lei no. 11.101), surgiu outro mercado para atuação do **Economista**. Trata-se do mercado de recuperação de empresas (*Turnaround*). Os processos de *Turnaround* envolvem mudanças na estrutura das empresas, onde a atuação do **Economista** é bastante positiva. O *Turnaround* abrange três grandes áreas: financeira, estratégica e de recursos humanos.

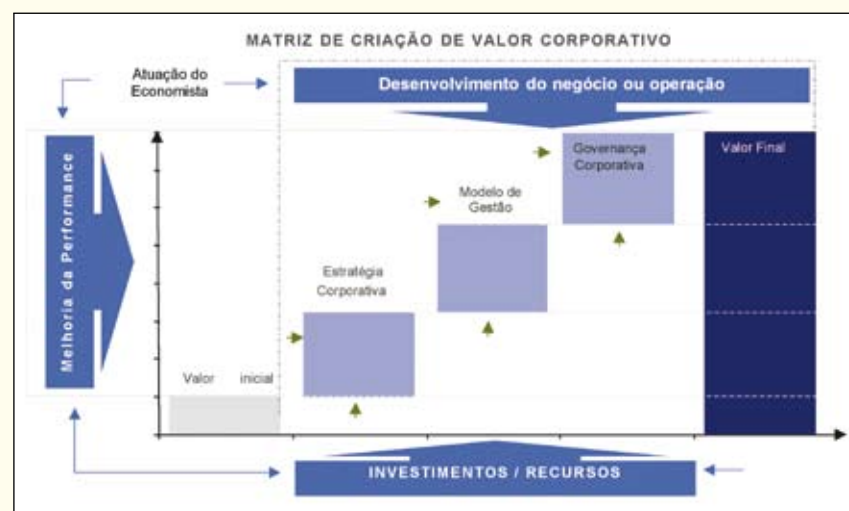
(a) Área Financeira – a atuação é voltada para estabilizar o fluxo de caixa e fortalecer o balanço da empresa;

(b) Área Estratégica – desenvolver uma estratégia para a empresa, comunicar sua essência e substituir os executivos que não estejam compatíveis com a estratégia estabelecida.

(c) Área de Recursos Humanos – recuperar a confiança dos funcionários na empresa, esclarecer aos funcionários quais são os novos vetores que irão garantir a perenidade da empresa, celebrar com os funcionários as conquistas e substituir os funcionários ineficientes.

As empresas passam por processos cíclicos. A visão do **Economista** é crucial para identificar tais processos. O Economista é um profissional pragmático, com visão ampla da economia e do setor específico em que estiver atuando. Pode prevenir as principais causas do ciclo de declínio nas empresas, que normalmente as levam para processo falimentar. As causas do declínio nas empresas em sua maioria surgem internamente, como gestão não profissionalizada, falta de controles internos, inexistência de gestão de capital de giro, dentre outras destacadas abaixo. As causas externas (mudanças no ambiente

busca a criação de valor. O quadro abaixo resume o resultado da atuação do economista na melhoria da performance empresarial, com atuação na estratégia corporativa, no modelo de gestão e na governança corporativa, tornando as empresas transparentes e mais rentáveis. Quando sentimos algum sintoma de problema de saúde, dor na cabeça, febre, tosse, tontura recorremos de imediato a um médico. Os médicos atuam de forma preventiva para que o problema não se agrave, nos aplicando o medicamento na dose certa. O economista é o médico das empresas. Deve ser consultado sempre que a corporação apresente sinais de que não está bem de saúde; apresente perda de *market share*, redução nas margens, elevado grau de endividamento, imagem corporativa desgastada e falta de controles internos. Se o objetivo do empresário é um processo de Fusão, Venda ou Aquisição, alguns passos são necessários, o economista é o profissional que deve ser consultado, para conduzir a empresa no caminho certo para que a transação ocorra com sucesso.



competitivo, commoditização de preços e alterações na demanda), são poucas comparadas às causas internas.

Causas Internas

1. Controles financeiros inadequados
2. Falta de gestão do capital de giro
3. Custos elevados
4. Projetos mal dimensionados
5. Aquisições mal feitas
6. Política de financiamento equivocada
7. Organização inerte e confusa
8. Gestão não profissionalizada

Causas Externas

1. Mudanças na demanda de mercado
2. Competição
3. Commoditização de preços

A atuação do economista nas empre-

Cláudio Gonçalves – Economista, Pós-Graduação em Finanças Corporativas, conselheiro do **CORECON** – Conselho Regional de Economia de São Paulo. Possui cursos na área financeira, mercado de capitais e em fusões e aquisições. Participa do **IBEF** - Instituto Brasileiro dos Executivos de Finanças de São Paulo, da **APIMEC** – Associação Nacional dos Profissionais do Mercado de Capitais de São Paulo, do **INI** – Instituto Nacional de Investidores e do **IBGC** – Instituto Brasileiro de Governança Corporativa. Tem passagem pelo setor financeiro e terceiro setor. Atua na **Planning Consultoria Empresarial**, onde é um dos sócios. É Professor Universitário, ministra aulas de Mercado de Capitais, Administração Financeira e Orçamentária e Matemática Financeira nas Faculdades Rio Branco, além de cursos de extensão através da **Planning Educacional**.
e-mail: cláudio@planningconsult.com.br

No ar a

www.tveconomista.com.br

O webcanal do CORECON-SP

Foi inaugurada em 28 de março passado a www.tveconomista.com.br, canal de WEB TV exclusivo do Conselho Regional de Economia de São Paulo. A criação do canal fora aprovada conjuntamente com a aprovação do Plano de Comunicação CORECON-SP 2007, efetivada na primeira reunião plenária do Conselho, realizada em janeiro.

Com a inauguração do canal, o Conselho alinha-se em Comunicação às mais avançadas tecnologias e aos mais estratégicos meios da modernidade, ou seja, um canal próprio e exclusivo de televisão, via WEB, que permite aos economistas profissionais de São Paulo acesso direto e sempre pleno aos seus públicos, levando-lhes as informações e conteúdos de seu interesse, para o que a recíproca também é verdadeira, com o canal com livre acesso a todos os economistas.

A importância estratégica está na possibilidade da transmissão instantânea de posições dos economistas, de análises de acontecimentos e eventos da economia e das políticas econômicas, diretamente e até ao vivo aos economistas e ao público em geral, e ao mesmo tempo manter em sua videoteca todo o seu acervo, que será composto por palestras, seminários, cursos, debates, enfim, de todos os formatos televisivos de apresentação de idéia, informações, comunicação.

Esses conteúdos não estarão sujeitos a restrições de qualquer ordem, e esta é a sua segunda grande importância estratégica, senão a maior. Porque os economistas, familiarizados que estão a se manifestarem nos meios de comunicação, sabem que nem tudo aquilo que dizem é publicado, e nem sempre o que é publicado reporta-se

àquilo que disseram. É uma limitação dos meios de comunicação, que por razões, na maior parte das vezes, de tempo e de edição de notícias, não dispõem do espaço suficiente para a reportagem plena das idéias e pensamento. Não será assim na TV Economista, que disporá de todo o tempo necessário para as exposições posições e reflexões, assim como de cursos e projetos de formação, atualização e instrumentalização profissional dos economistas.

Constitui-se assim num instrumento essencial na afirmação das opiniões, contribuições e informações dos economistas, e, sobretudo valioso na afirmação de posições, as quais a categoria jamais renunciou tomar. O canal está aberto para todos, e tem como fim primordialmente o interesse público e a busca pelo Bem-Estar social.

Na inauguração do canal, o presidente do CORECON-SP, Wilson Roberto Villas Boas Antunes deu as boas vindas aos economistas, que acessaram o site depois de receber por carta login e senha, códigos que também foram remetidos para cada Conselho Regional de Economia do Brasil. Na inauguração esteve presente o presidente do Conselho Federal de Economia, Econ. Synésio Batista da



Presidente Wilson Roberto anuncia a primeira transmissão

Costa, que também se congratulou com o início das transmissões, reafirmando a necessidade e o valor estratégico das manifestações dos economistas.

Para inaugurar o importante meio de comunicação o convidado foi o

Prof. Dr. Heron Carlos Esvael do Carmo, Livre Docente pela FEA-USP, Conselheiro Federal por São Paulo no Conselho Federal de Economia, ex-presidente do CORECON-SP por dois mandatos, que fez ao vivo palestra sob o tema: **“Perspectivas da Economia Brasileira: uma análise além da conjuntura.”**, cuja apresentação está disponível no canal.

Já na semana seguinte a TV Economista transmitiu ao vivo a palestra “Recuperação de Empresas: Riscos e Oportunidades”, com o economista

Eduardo Gomide, da Kroll Financial Advisory Services, Salvatore Milanese, da KPMG e Jorge Queiroz, Presidente do Conselho da IBGT, sobre recuperação de empresas, um novo e vasto campo de trabalho para os economistas, que assim puderam ver do conforto de suas casas, ou mesmo ainda nos seus escritórios no final do expediente, uma atualização de conhecimentos profissionais de altíssimo nível, sem ter a necessidade, portanto, de deslocamentos e gastos com transporte, ou até com alojamentos e estadas – no caso de economistas de outras cidades. E esta é a terceira grande vantagem estratégica do WEB canal do CORECON-SP, que inicia suas operações ainda com algumas restrições, pois os equipamentos necessários para a sua melhor performance ainda não foram adquiridos, sujeitos que são a licitações públicas, como manda a Lei, mas que em breve estarão disponíveis permitindo então que efetivamente a programação se realize e vá ao ar por completo.



**Debate sobre Reservas Cambiais e sua destinação
Prof. Dr. Affonso Celso Pastore**

O que fazer com 120 bilhões de reservas internacionais?

Texto e fotos: Sergio Storti

O que fazer com as reservas internacionais brasileiras é uma pergunta que tem ponteadado o noticiário e o debate econômico recente. Mas, antes de respondê-la é melhor rever em toda sua amplitude o que houve com o câmbio no Brasil dos últimos tempos, e o risco que o país passou, vulnerável perante o mercado internacional, coisa que poucos puderam perceber em toda sua extensão, ou quiseram explicitar.

Fatos que traz esta matéria exclusivíssima com o economista Prof. Affonso Celso Pastore, que numa “aula” excepcional - e só disponível aos leitores d’ O Economista - fez uma releitura fundamentada das políticas recentes de câmbio no Brasil, seus problemas, crises, e perspectivas a partir da atual valorização e acúmulo de divisas, quantificou e analisou os custos de carregamento, e sugeriu o melhor destino para elas.

“**A**ntes de dar uma resposta frontal à pergunta:” o que fazer com as nossas reservas?”, eu gostaria de discutir um pouco o que elas fazem para o país, os seus benefícios ou eventuais desvantagens, e depois mais adiante podemos colocar a questão que nos trouxe aqui em pauta. Sei que há uma outra pergunta no ar, se deveríamos ou não usar as reservas internamente, com um outro tipo de destino, a não ser o de ficarem esterilizadas no Caixa do Banco Central. Obviamente, não vou me furtar a dar minha resposta a isso, mas acho que este debate se enriquece bastante se discutirmos outros aspectos relativos às reservas, que são extremamente importantes, e que vale a pena abordar.

O Brasil tem acumulado reservas desde o final de 2004. Naquele ano, tínhamos perto de 20 bilhões

de dólares de reservas, e o nosso último dado nos dá conta de 105 bilhões (o seminário foi em meados de março 2007). Essa acumulação de reservas começou por volta de 2004 e coincide com uma fase da economia brasileira muito importante chamada de Reversão das Contas Correntes. Entre 1994 e 2001, começo de 2002, o Brasil teve déficit na contas correntes, e vamos ver o que significa isso, assim como um superávit.

Podemos olhar um superávit nas contas correntes por três óticas. Numa primeira visão, temos claro que ele é resultado de um excesso das exportações de bens e serviços sobre as importações de mesmo teor. Numa segunda ótica temos que considerar que a conta corrente está ligada à poupança total do país, e que o país que tem um superávit nas contas correntes tem também excesso de poupanças sobre os investimentos.

E eu me refiro a elas qualificando-as em dois tipos: a poupança do setor público - a diferença entre a Receita e os Gastos - e a poupança do setor privado. Somando as duas poupanças e tendo um excesso de poupança sobre o total dos gastos, temos um superávit nas contas correntes. Na terceira ótica temos que todo país que tem superávit nas contas correntes está acumulando ativos internacionais líquidos.

Entre 2004 e 2006, somei o superávit acumulado nas contas correntes no Brasil e mais todo o fluxo de investimentos estrangeiros diretos aqui injetados, o que deu um total de 65 bilhões de dólares, aproximadamente. Nós acumulamos de lá para cá em torno de 80 bilhões de reservas, ou seja, o superávit da conta corrente mais o ingresso de capitais não foi integralmente para as reservas, e uma parte disso foi para reduzir

o tamanho da dívida externa do país, o que acabou ocorrendo: nós tínhamos, por volta de 2002, algo parecido com 210 a 220 bilhões de dólares de dívida externa, perto de 45% do PIB, e daquele ponto à essa parte ela caiu drasticamente, vindo para 160 bilhões de dólares, dos quais 65 bilhões dívidas do setor público, e o restante do setor privado; caiu, assim, de aproximadamente 45% do PIB para pouco abaixo dos 20% dele, o que é uma redução muito importante.

Eu queria ficar um pouquinho nessa questão da redução do passivo externo líquido. Países são mais líquidos, são menos líquidos, têm um grau de solvência maior ou um grau menor, tanto como governos ou empresas podem ter maior liquidez e graus de solvência variáveis. No ano de 2002, quando o Brasil tinha uma dívida externa maior, 210 bilhões, e ao mesmo tempo um déficit nas contas cor-

rentes, de aproximadamente 20 bilhões de dólares, se eu pegasse a escala de amortizações em um ano – para ter uma idéia de quanto o país precisaria pagar de dívida externa - chegaria a um valor de um pouco mais de 40 bilhões de dólares, vencíveis em um ano. Ou seja, em um ano o país precisava arrumar 60 bilhões de dólares: recursos para pagar o déficit das contas correntes -20 bilhões - e para amortizar os 40 bi da dívida externa. Isso não seria um problema se houvesse um fluxo de capitais que entrasse regularmente no país, pois com, digamos, 20 bilhões de reservas ficavam faltando 40 que dependiam do capital externo. Acontece que no final de 2002, ou já em meados do ano, esse fluxo de capitais parou...

Parou porquê? Parou em parte porque tínhamos uma dívida pública muito grande, e dolarizada, e assim se encontrava porque para financiar o déficit nas contas correntes, o setor privado tinha que tomar empréstimos no exterior. E para se cobrir do risco de uma desvalorização de câmbio, o setor demandava hedge cambial, que eram títulos públicos indexados ao câmbio, emitidos então pelo governo. Isso significa que para que o setor primário captasse esses recursos, e também o setor público que igualmente se endividava no exterior, o governo tinha que não só criar uma parte da sua dívida pública em dólares, como emitir papéis em dólares que servissem de hedge para o setor privado. Naquele momento, tudo isso somado, tínhamos mais ou menos 50% da dívida pública dolarizada.

Bem, é fácil perceber que se naquela situação houvesse uma depreciação cambial acentuada, a relação dívida/PIB cresceria fortemente. E que se acontecesse naquele momento a percepção de risco de insolvência do governo – percepção de que a capacidade do governo resgatar os títulos indexados em dólares caía (títulos

que eram também o ativo do setor privado), também surgiria indiretamente um segundo problema, que seria a expectativa de insolvência do setor privado indexado em dólares. A conjugação desses fatores todos, no final de 2002, e a incerteza naquele momento quanto a qual seria a conduta na política fiscal do novo governo que assumia, produziu uma parada brusca de fluxo de capitais, fecharam-se as fontes, o país tinha que arrumar 40 bilhões de dólares e não tinha como.



“Tínhamos em 2002 algo parecido com 210 a 220 bilhões de dólares de dívida externa - perto de 45% do PIB. Ela caiu drasticamente, vindo agora para 160 bilhões de dólares, 65 bilhões do setor público, o restante do privado; caiu de 45% do PIB para abaixo dos 20% dele.”

A única forma de arrumar isso era cortando importações e aumentando exportações, ou seja, com uma depreciação cambial muito forte. Ocorre que países relativamente fechados ao comércio internacional demandam depreciações de câmbio real maiores do que países abertos ao mercado internacional. Para equacionar aquele problema de balanço de pagamentos, tivemos que enfrentar uma depreciação cambial, em termos reais, que no auge chegou a 60%. Uma depreciação cambial de 60%, queiram ou não, vai para

a inflação, e aí o Banco Central é obrigado a subir a taxa de juros para dissipar o efeito inflacionário gerado lá no câmbio que se depreciou. E quando o BC sobe a taxa de juros para combater a inflação, produz uma recessão.

O país não poderia mais conviver com déficits

Esses são os fatos de como era o Brasil daqueles anos. Costuma-se dizer que o “Brasil reduziu a sua vulnerabilidade externa”. O que acabei de descrever é quão vulnerável era o Brasil, externamente, até 2002. É claro que o país não poderia viver com déficits nas contas correntes, não havia mais condições de se continuar com aquilo. Se tivéssemos um país com um ativo externo grande, solvente, ou com um passivo externo menor, poderíamos conviver com um problema como esse tomando endividamento externo, particularmente se pudesse tomar empréstimos na sua própria moeda, portanto sem o risco de câmbio. Mas, países que podem tomar empréstimos desse gênero, na sua moeda, são Estados Unidos, Japão ou a própria Europa, não Brasil ou os mercados emergentes (agora que o Brasil está começando a tomar empréstimos em reais, mas é ainda devedor, em larga escala, na moeda de um outro país). Na linguagem de alguns economistas, países como o Brasil sofre de uma coisa chamada “pecado original”, que é a dificuldade de se endividar em sua moeda.

Nessas circunstâncias, o que se tem a fazer é reduzir o passivo, reduzir sua dívida, e só há uma forma de se fazer isso, que é produzir superávits persistentes na conta corrente, esta é a única maneira. Quando se produzem esses superávits persistentes, aumentam-se as exportações e reduzem-se as importações, mas se paga um custo para isso, que é o de ter que subir a poupança doméstica rela-

tivamente ao investimento, o que acaba contraindo o consumo, o que é o único jeito de produzir esse efeito, não há mágicas possíveis, não se pode emitir dólares, não se pode emitir ativos...

Acumulando-se esses ativos gerados nos superávits das contas correntes, a vulnerabilidade externa do país cai, e um pedaço desses ativos vai se constituir num estoque de reservas, uma obrigatória cobertura prudencial para uma eventual saída dos estoques de capitais internalizados no país e contabilizados como ativo dívida externa, esse volátil e sujeito a retiradas rápidas frente a alguma crise ou dificuldade.

Bem, acumulamos nesse período de superávits em contas correntes uma redução na dívida externa e um aumento no estoque de reservas, e talvez eu tenha convencido alguns de vocês que essa acumulação não foi tão má, ela começou num certo momento porque existia uma crise de confiança, que foi superada, produziram-se superávits, as exportações ajudaram o PIB a crescer um pouco mais, pagamos o custo da redução do consumo, sem o qual não haveria um aumento de poupança, tivemos que seguir uma política fiscal mais apertada aumentando tributação, que transferiu renda do setor privado para o governo, o que aumentou um pouco a poupança do setor público – teria sido melhor que o governo tivesse cortado os seus gastos, e não cortou – mas, enfim, aumentou a poupança, e nós reduzimos o passivo externo líquido.

Em 94 começamos a reduzir o passivo

E quando foi que reduzimos esse passivo? Eu fui olhar lá no Banco Central, e existe uma conta que mostra a posição internacional de investimentos do país, Net International Investments Position, uma classificação internacional,

e o FMI tem essa posição para todos os países, com estimativas feitas desde os anos 70. Um pouco antes da Crise da Dívida dos anos 80, esse passivo externo líquido chegou perto de 50% do PIB, e depois na crise dos anos 80 isso caiu, aconteceu o Plano Brade, assinado em 1994, que promoveu uma redução no estoque de dívida, e é mais ou menos em 94 que começam os déficits nas contas correntes.

Depois do Plano Brade entramos no Plano Real, fizemos déficits nas contas correntes, esse passivo foi crescendo de novo e quando chegamos em 2002 isso já estava novamente em torno de 50% do PIB, e veio se reduzindo nos últimos anos até chegarmos em torno de um dado que calculei para final de 2006 de 35% do PIB. Só que a grande queda do passivo externo líquido aconteceu na dívida externa, e cabe aqui uma pergunta: que benefícios isso trouxe para o país, e eu vou descrever aqui três, que não são os únicos, e depois vou falar também um pouco dos custos disso.

O primeiro benefício foi a redução dos prêmios de risco de

títulos de dívida soberana do país. Em 2002 esse prêmio de risco estava em 2500 pontos. Um pouquinho antes dessa turbulência recente que aconteceu no mercado - atribuída à China, na verdade é somente à China, muito mais aos Estados Unidos - os prêmios de risco caíram para 175 pontos básicos (palestra em meados de março). E alguém poderá perguntar: mas, que importância tem o risco Brasil? Eu me lembro que ouvi políticos reclamando, no meio daquela crise em que atingimos 2500 pontos, perguntando porque meia dúzia de economistas reunidos em algum escritório oculto lá em New York atribuíam notas ao Brasil, que geram uma medida de prêmio de risco que não tem nada a ver com o país? É claro que eram políticos falando, tentando dar explicações políticas para as coisas. A importância que isso tem é que ao invés de pagarmos 25% acima da taxa internacional de juros como naquele ano, pagamos hoje 1,75% a mais sobre os 5% que estão aí pelo mundo. Para empresas brasileiras que vão investir em compra de máquinas para o aumento de suas fábricas, por exemplo, isso é muito importante, pois pagam hoje uma taxa muito mais baixa do que pagavam anteriormente.

Em segundo lugar, estamos vendo nos jornais um grande número de anúncios de IPOs - Initial Public Offices, empresas que abriram seus capitais. Porque essa "onda" de IPOs agora, como é possível agora essa "montanha" de empresas abrindo seus capitais, com sucesso? Nós tivemos duas grandes mudanças: a primeira foi a alteração nas regras de governança corporativa, que estabeleceram formas de gestão dos conselhos de administração e supervisão sobre as empresas de capital aberto, que tiraram um pouco daquelas possibilidades de arbitrariedades que aumentavam os riscos dos investidores minoritários. Mas, isso sozinho não teria provocado

esse sucesso, se não tivesse caído o risco do balanço de pagamentos do Brasil, que induziu os estrangeiros a comprar as ações lançadas. Estive percorrendo uma lista desses últimos IPOs, e vi que de 40 a 60% do dinheiro injetado neles vem de fora, de mercados da Europa, que estavam completamente fora do Brasil, e que não viriam se o risco Brasil não tivesse caído como caiu, se o país na tivesse consolidado a sua posição de balanço de pagamentos.

Câmbio depreciado gera recessão econômica

Câmbio depreciado em até 60%, em 99

Câmbio depreciado gera inflação, que gera juro alto, que gera recessão: uma fórmula perversa, pouco percebida ou explicada, que o Prof. Pastore coloca às claras em sua palestra:

"Em 99, quando migramos do câmbio fixo, ficamos por 6 ou 7 meses com o seu valor depreciado em torno de 60%. E para neutralizar o efeito inflacionário disso é preciso subir a taxa de juros nominal mais do que subiu a taxa de inflação. E é claro que com uma taxa de juros real elevadíssima a economia entra em recessão."

Mas há ainda uma terceira e maior vantagem ainda que essas, que foi a virtual eliminação da volatilidade de câmbio. Em 1999, quando o Brasil ainda era vulnerável, e nós migramos do regime de câmbio fixo, eu calculei a taxa de câmbio no mês d, dividido pela taxa de câmbio no mês d menos 12, doze meses antes, e verifiquei que nós ficamos por 6 ou 7 meses com

o câmbio depreciado em torno de 60% relativamente ao ano anterior. Um dos primeiros trabalhos que o Ilan Golfarj fez um pouco antes de chegar ao Banco Central, quando entrou no regime de metas de inflação, foi calcular o repasse da depreciação cambial, os preços, e daquele trabalho em diante saíram vários outros atualizando esse tipo de informação; hoje sabemos que, grosso modo, se tivermos uma depreciação cambial de 10%, isso faz com que num prazo de 7 a 8 meses a taxa de inflação cresça em torno de 1%, pouco mais, pouco menos. Uma depreciação cambial de 60% joga a inflação 6% para cima...

Para dissipar esse efeito inflacionário é preciso subir a taxa de juros nominal mais do que subiu a taxa de inflação. E é claro que com uma taxa de juros real desse tamanho a economia entra em recessão. Em 2001, quando recebemos o contágio da Argentina, o câmbio ficou depreciando entre 25 e 40% aa por 5 ou 6 meses; outra vez tivemos que subir a taxa de juros, outra recessão... Em 2002, quando houve a crise de confiança, o câmbio ficou depreciando 40% por 5 ou 6 meses, de novo subida de taxa de juros, de novo recessão...

Bem, eu consigo atribuir integralmente à melhora no balanço de pagamentos do Brasil (que aconteceu depois, pois, claro, a liquidez internacional melhorou) - o desaparecimento quase total dessa volatilidade de câmbio, e com ela a volatilidade do juro e a volatilidade do Produto, e acho que isso é um benefício enorme do ajuste do balanço.

Os custos e benefícios da acumulação de reservas

Mas, que custos tem isso? É claro que a acumulação de reservas tem custos, e olhando puramente do ponto de vista fiscal, quando se acumulam reservas acumulam-se ativos, e esses ativos não ficam em caixa; nenhum economista,



"A conjugação de fatores do final de 2002 e a incerteza sobre qual seria a conduta na política fiscal do novo governo que assumia, produziu uma parada brusca de fluxo de capitais, fecharam-se as fontes, o país tinha que arrumar 40 bilhões de dólares e não tinha como."

acadêmico, deixa o seu dinheiro só em caixa: compra um CDB, põe num Fundo etc. As autoridades monetárias fazem o mesmo com o dinheiro do país. Vamos imaginar, então, que se invista isso com a taxa de juros básica, porque esse dinheiro tem que estar líquido caso se precise dele, e se recebe por isso mais ou menos 5% aa, ao nível que estão as taxas atuais. Só que como o ativo está em dólares, e o real está se valorizando, é preciso descontar desse ativo a própria valorização do real; se ela for de 5%, por exemplo, tirando-se isso da “aplicação”, ela zera, não sobra nada...



“A única forma de equacionar aquele problema de balanço de pagamentos era cortar importações e aumentar exportações, ou seja, com uma depreciação cambial muito forte, que em termos reais, no auge, chegou a 60%.”

É claro que aqui não se vão descontar só os 5%, pois se há um ativo de menor risco, o dólar, há que se lembrar que se tem que descontar também o prêmio, e imaginemos que ele seja o dos 175 pontos básicos, 1,75%, estaríamos pagando 3,25% de valorização cambial, e estaríamos recebendo ainda 1% e pouco. Só que para poder esterilizar o efeito expansionista da compra das reservas estaríamos pagando a taxa básica de juros interna, que em termos reais hoje está perto de 8% aa. Quer

dizer, 9,75%, se eu descontasse o prêmio de risco, ou 10% aa, ou seja, se estivermos acumulando 50 bilhões de reservas, convertidos para reais, paga-se 10% ao ano. Ou seja, com 50 bilhões de dólares, estaríamos pagando 0,4 ou 0,3% do PIB de custos pela reserva, o que não é uma coisa pequena, é um custo alto, comparativamente inclusive com o que se faz ao superávit primário.

Mas, é um custo que traz benefícios importantes, e benefícios que um país com este tamanho de dívida, com esta fragilidade de balanço de pagamentos, que ainda tem, não pode se dar ao luxo de evitar pagar, pois se não o fizer terá que pagar outros custos, que são a volatilidade de câmbio, o custo do prêmio de risco maior, que aumenta o custo do capital, o custo de não ter o acesso ao mercado de ações, e assim por diante. Isso, aproximadamente, são os custos e os benefícios da acumulação de reservas.

Mas, olhando-se para isso surge a pergunta: até onde vamos com isso? Quanto mais reservas tivermos menos vulnerabilidade teremos? Bem, isso até um certo ponto é verdade, só que o benefício marginal cai com o tamanho da reserva, quando se atingem os 100 ou 110 milhões, por exemplo, (e eu não quero ser muito preciso nisso, pois não quero dar nenhuma idéia de que tenho alguma noção sobre o nível ótimo de reservas – porque eu não tenho – e essa é uma resposta extremamente difícil). É claro que se eu tiver 40 bilhões de reservas e acrescentar mais 10, o benefício marginal é muito grande, pois diminuiria em muito a alta volatilidade; mas com 100 bilhões, acrescentando-se mais 10 bi reduz-se a volatilidade muito menos, mas o custo marginal continua sendo o mesmo, que é o custo da esterilização da reserva. Bem, há um momento em que o benefício marginal corta o custo marginal, e esse é o tamanho ótimo

de reserva (e esse tamanho eu não sei qual é...), mas certamente não é 300 bilhões de dólares, ou seja, eu não vou zerar todo o passivo do país, isso não teria sentido.

O nível ótimo pode ser acima dos 100 bilhões, um pouco abaixo, mas o importante é que em torno do tema se descubra que o país realmente precisa de um certo tamanho de reservas, e que a isso foi compelido por razões de vulnerabilidade externa e teve que se postar no lado do superávit das contas correntes. Alguns poderão dizer que esses superávits são maus, porque nos transformaram em exportadores de capital... Contabilmente, sim, só que a alternativa a não exportá-los é ficar vulnerável. E do ponto de vista do crescimento econômico isso produz uma enorme diferença.

Para encerrar, vou dar uma primeira resposta à pergunta inicial que me foi feita: o que fazer com essas reservas? A melhor coisa a fazer com as reservas é deixá-las como reservas. Suponhamos que alguém propusesse o seguinte: vamos usar essas reservas para investir em infra-estrutura. Se isso fosse feito geraria vários efeitos: primeiro, há uma proposição muito conhecida dos economistas de que quando os gastos públicos crescem costumam produzir a valorização do câmbio real, que é um dado internacional, uma relação entre bens exportáveis e importáveis de todo o mundo, independentemente do país produzi-los ou não; em segundo lugar para fazer esse uso das reservas é preciso emitir moeda, e jogá-la na economia interna, o que vai, claro, gerar inflação, centrada em bens domésticos, portanto, se tem uma inflação ao lado da valorização do real.

Portanto, a primeira consequência de se usar reservas nesse tipo de investimento é jogar fora todo esse ajuste externo que foi feito! A segunda coisa, que é um pouco mais grave, é que sempre estamos

buscando uma forma para fazer ao contrário aquilo que precisa ser feito! Porque a melhor forma de se ter crescido a poupança era ter crescido o superávit do governo, e a maneira de se fazer isso é cortando gastos dele, e gravando o menos

“Um pouco antes da Crise da Dívida dos anos 80, esse passivo externo líquido chegou perto de 50 % do PIB, e depois na crise dos anos 80 isso caiu, aconteceu o Plano Brade, assinado em 1994, que promoveu uma redução no estoque de dívida, e é mais ou menos em 94 que começam os déficits nas contas correntes.”

possível a tributação, que já é alta demais. Pois essa proposta de e usar reservas para investir onde quer que seja vai exatamente na direção contrária: ela **umenta** o gasto público. Isso é como a história do sujeito que recebeu uma herança, e ao invés de aplicar o dinheiro e continuar trabalhando, pegou a herança, foi para a Europa, dissipou-a, e quando volta descobre que está a zero de novo, não resolveu nenhum problema. Tal seria com a economia brasileira se fizesse o mesmo com suas reservas.

Então, a minha resposta frontal a essa questão é que é um erro usar reservas para outra finalidade que não a de reduzir vulnerabilidade externa. Com isso encerro, e agradeço a vocês pela atenção: muito obrigado.”

**Seminário
“Reservas Cambiais do Brasil”**

23 de março 2007
Realizado no Instituto “Fernand Braudel”
www.braudel.org.br
São Paulo

Palestrantes:
Economista Affonso Celso Pastore
Ex-Presidente do Banco Central do Brasil

Economista Ilan Goldfajn
Professor da PUC-Rio

TURQUIA E EGITO

Os primeiros integrantes do New Eleven a serem visitados pela Missão de Economistas Brasileiros.



E Estamos chegando de mais uma Missão Econômica, cujo destino foi o berço da civilização, do comércio e das artes: **Turquia** e **Egito**. Em ambos os países tivemos conferências com empresários, banqueiros e representantes dos governos.

TURQUIA – Na Turquia estivemos em **Istambul** e **Ankara**, capital incrustada no coração da Turquia.

Istambul é a antiga capital, fundada em 667 a.C., com nome de Bizâncio. Passou para o domínio Romano em 330 da nossa era, no governo do Imperador Constantino I, quando começou a ser denominada Constantinopla, a maior cidade do mundo antigo, servindo como Capital do Império. Com a cisão do Império, Constantinopla passou a ser Capital do Império Romano do Oriente, mais conhecido como

Império Bizantino, que perdurou por dez séculos. Constantinopla foi berço do desenvolvimento do Direito Romano, da Filosofia, da Teologia, das artes e história cristã. Em 1453 a cidade foi tomada pelos Turcos Otomanos, marcando o fim da Idade Média. Em 1923, após a queda da Monarquia, a Capital passou para Ankara, na região da Anatólia (Ásia Menor), e conta com cerca de 3,7 milhões de habitantes. Constantinopla teve seu nome alterado para Istambul.

Istambul é uma cidade exótica, com cerca de 14,3 milhões de habitantes, que está passando por uma metamorfose urbana. Por toda a cidade se vêem construções novas sobre antigas e antigas ao lado de novas. Pela sua impressionante diversidade, parece ser um resumo da Turquia. Istambul assume diferentes idades e identidades de acordo com o que lhe convém. Por

estar situada no estreito de Bósforo, que separa a Europa e a Ásia, possui dupla personalidade. A cidade se estende tanto do lado Ocidental quando Oriental. É a única cidade no mundo presente em dois continentes.

A República da Turquia, como conhecemos, é relativamente jovem, surgiu em 1922, com o fim da monarquia. Seu primeiro Presidente, Mustafá Kemal, ficou conhecido como *Ataturk* (pai dos Turcos).

A Turquia iniciou uma série de reformas nos anos 80 com o objetivo de orientar a economia de um sistema estatal e isolado para um modelo voltado para o setor privado e para a economia de mercado. Dentre outras mudanças, intensificou as privatizações, adotou política fiscal rígida e flexibilidade na tributária, unificando impostos e promovendo redução de alíquotas de 30% para 20% em todos os setores

da economia.

Como resultado das reformas, a economia cresceu 7,5% de 2002 a 2005. Os investimentos estrangeiros diretos saltaram de US\$ 1 bilhão em 2003 para US\$ 20 bilhões em 2006. O PIB de 2005 foi de US\$ 612,3 bilhões, com renda per capita de US\$ 8.200. As exportações foram de US\$ 72,5 bilhões contra importações de US\$ 101,2 bilhões. O país deu os passos iniciais para ingressar na Comunidade Econômica Européia. Conta com população relativamente jovem e expectativa de vida de 70,2 anos para homens e 75,2 anos para mulheres. A Turquia vem investindo na formação de sua mão de obra. A Educação é obrigatória e gratuita para a faixa escolar do ensino fundamental de zero aos 14 anos de idade. O país conta com 1.200 instituições de Ensino Superior, das quais 85 são Universidades. O ensino universitário é dividido entre público e privado. O ponto fraco da economia turca atualmente está relacionado a sua grande dependência de energia. Mais de 70% da energia consumida é importada. O Governo trabalha medidas com o objetivo de minimizar a dependência externa de energia.

A Turquia pretende se integrar na União Européia, mas as negociações foram abertas apenas agora devendo cumprir com os critérios do acordo de Maastricht (*The Maastricht Agreement*), que estabeleceu os critérios necessários para entrada de países como membros da Comunidade Econômica Européia. O Acordo estabelece 35 capítulos para discussão, que vão desde economia, educação, meio ambiente, dentre outros. As negociações são lentas e demoradas. Por enquanto apenas um dos capítulos foi discutido: Ciência e Tecnologia. O caminho é longo e depende de muitas negociações.

EGITO – O Egito é um país maravilhoso, com população alegre, simpática e muito prestativa. Um dos maiores patrimônios culturais da humanidade. Quem não se lembra das histórias bíblicas, de José do Egito, de Moisés colocado numa cesta no rio Nilo, da

Os economistas integrantes da Missão Econômica respondem integralmente pelas suas despesas

fuga da família Sagrada para o Egito e de tantas outras histórias bíblicas? A cidade do **Cairo** foi fundada em 969 para ser capital do Egito Árabe. Conta com cerca de 15,9 milhões de habitantes. Desenvolveu-se às margens do Rio Nilo. Uma cidade monocromática, onde prevalece o tom cinza. Sob as lajes das casas (as casas não possuem telhado) é possível ver camada de areia. O trânsito é caótico como em qualquer grande cidade. O que nos chamou mais a atenção foi o baixo nível de violência.

Grande parte das riquezas do Egito encontram-se nas reservas minerais de ferro, petróleo, gás natural, fosfato, sal e argila. O ingresso de investimentos estrangeiros tem propiciado a realização de vários projetos econômicos. O setor agrícola ocupa 20% do PIB e ocupa cerca de 40% da população.

Sendo quase ao longo do século XX socialista, em 1975 iniciou abertura da economia ao mercado. Em 2004 o país deu um salto significativo. Foram levadas a cabo Reformas Políticas e Econômicas com vistas à economia de mercado, democracia e descentralização.

A Política Fiscal aprovada pelo governo reduziu a carga tributária de toda a economia para 20%, tendo como resultado imediato aumento de 40% na base de contribuintes. O governo adotou política agressiva de privatização e de Parcerias Público Privadas (PPPs). Para atrair investimento estrangeiro, criou programa para formação de *Free Trade Zone* ou *Export Processing Zone*, área destinada à produção voltada para exportação. Foi criado o Ministério do Investimento, como resultados destas e de outras ações, os investimentos estrangeiros saltaram de US\$ 700 milhões para US\$ 7 bilhões. As Reservas Internacionais dobraram em 4 anos, passando de US\$14 bi em 2002 para US\$ 26 bi em 2006.

No Comercio Exterior, o país é um grande importador, adquirindo desde

commodities e alimentos a produtos de alto valor agregado. A reforma fiscal para o comércio exterior alterou as tarifas de importação de 20% para 9% e mais recentemente para 7%. Com isso o país busca modernizar seu parque industrial e intensificar o fluxo de comércio. Para exportações, o Egito tem uma localização geográfica estratégica, próximo a Europa, com controle do Canal de Suez (canal com 163 km que liga o mar Mediterrâneo ao mar Vermelho). Aproximadamente 15.000 navios atravessam o canal por ano, representando 14% comércio mundial.

Pelo fácil acesso a Europa, Ásia e África, o país vê este seu grande diferencial competitivo. Para atingir seus objetivos fez acordos com a Comunidade Européia, com os Estados Unidos, África, países Árabes, além de acordos comerciais com Turquia, China, Índia e Rússia.

Educação é um dos grandes desafios do Egito. O percentual de analfabetos no país é de 25%.

Tanto Turquia como Egito adotam política de subsídio de preços para energia: gasolina, eletricidade e gás natural. Nestes países, estes produtos são os mais baratos de todo o mundo para o consumidor final. Isso ocorre exclusivamente devido aos subsídios. Um dos grandes desafios daquelas economias passa por políticas de mé-



Istambul



Cairo

dio e longo prazo para redução dos subsídios e ganhos de eficiência.

Outro problema que chama a atenção é o crescimento e distribuição geográfica da população. 42% da população vive em zona urbana e 58% em zona rural. A população está distribuída em 5% do território, pois os outros 95% são desertos. O trabalho informal representa 60% de toda a economia.

CONCLUSÃO - Turquia e Egito integram o **New Eleven**, bloco de onze países considerados os novos emergentes que vão dinamizar a economia mundial nas próximas décadas, de acordo com estudo publicado pelo Banco Goldman Sachs em dezembro de 2005. Os países que integram o grupo **New Eleven** são: Coréia do Sul, Irã, **Egito**, Filipinas, Nigéria, Bangladesh, **Turquia**, Indonésia, México, Paquistão e Vietnã. Suas economias, ainda segundo Goldman

Sachs Economic Research, devem acompanhar as economias emergentes pertencentes ao **BRIC** (Brasil, Rússia, Índia e China). De acordo com o estudo, o PIB das economias dos países do BRIC em 2.040, será de US\$ 52 trilhões, ou seja, equivalente ao PIB dos atuais países componentes do G-7 (Canadá, França, Alemanha, Itália, Japão, Inglaterra e Estados Unidos).

Fazemos votos que a Turquia consiga equacionar todos os pontos destacados em cada capítulo do *The Maastricht Agreement* e torne-se um membro efetivo da União Européia.

O Egito, com as reformas iniciadas em 2004, vai mostrar mais resultados positivos nos próximos anos.

Em ambos os países observamos cenário econômico muito favorável ao investimento, com baixo nível de burocracia, baixa carga tributária e governos atuando como parceiros dos empresários e da sociedade.

A PROFISSÃO DE ECONOMISTA NO BRASIL

Confirmado o que há muito tempo temos observado e, a partir da leitura da entrevista concedida ao jornalista Sergio Storti pelo economista Cláudio Gonçalves, entrevista essa publicada na edição de março último do jornal "O Economista", órgão do Conselho Regional de Economia de São Paulo, verificamos que, se não forem tomadas medidas urgentes e enérgicas, a profissão de economista no Brasil em breve estará caminhando celeremente para a extinção.

Por falta de clareza nas suas definições – ou de fiscalização apropriada – não conheço qualquer empresa brasileira do setor produtivo privado, onde exista o cargo denominado de economista, a não ser em empresas do ramo de engenharia, ou de construção civil. Da mesma forma, não conheço empresas privadas onde o organograma demonstre cargos para os quais a profissão, ou a formação profissional exigida do ocupante, seja a de economista, a não ser empresas do setor financeiro.

É evidente e natural que, em virtude dos custos envolvidos e em virtude de suas limitações estruturais, o cargo de economista não figure em empresas de pequeno porte, quer industriais, comerciais ou de serviços, apesar de que a função de economista seja de existência fundamental em qualquer uma delas, pois o conhecimento do

mercado, da evolução econômica e financeira da empresa, de seu crescimento e de seu desenvolvimento no futuro são de caráter prioritário para a sua própria subsistência.

Acontece que, quer pela baixa qualidade de algumas escolas e do respectivo conteúdo curricular, quer pelo reduzido nível de conhecimento básico dos próprios alunos, a profissão não tem sido suficientemente valorizada, razão pela qual vemos, com grande frequência, profissionais de outro tipo de escolaridade e formação executarem funções e ocuparem cargos que, legalmente, deveriam ser exercidos somente – e tão somente – por economistas. Felizmente, para a apresentação de projetos de viabilidade – ou de trabalhos especializados – junto a bancos estatais e alguns organismos oficiais, a matrícula do economista ainda é exigida. Mas não sei por quanto tempo.

Tenho freqüentemente observado trabalhos elaborados por gente muitas vezes tecnicamente despreparada, muitos deles copiados de artigos ou de projeções de variáveis divulgadas por revistas especializadas, trabalhos aqueles expostos em reuniões de empresas que são até elogiados, apesar de suas incoerências e deficiências de fundamento.

A economia produtiva tem que ser um dos alvos de maior prioridade para a formação dos economistas e não o que vemos acontecer já há algum tempo em nosso país, onde se dá ênfase, de forma clara e irrefutável, ao setor financeiro. Basta assistirmos aos noticiários de nossa imprensa televisiva, que anunciam, ou repercutem, dados ou fatos do que eles denominam de "mercado", como se o único mercado existente no país fosse o mercado financeiro.

Nada tenho contra o mercado

financeiro. Muito pelo contrário, sou de opinião de que muitos dos economistas que ali labutam têm contribuído – e muito – para discussões acadêmicas do mais alto nível e para o desempenho e evolução da economia brasileira. Porém, temos que nos conscientizar de que o dinheiro é um meio e, não, um fim em si mesmo. O dinheiro é o fruto da geração de negociações de bens e de serviços, tendo o mérito de haver substituído o antigo escambo.

Minha preocupação no que concerne à profissão de economista está voltada basicamente para o nosso mercado produtivo, que necessita de maior apoio técnico para gerar um mais rápido e maior desenvolvimento, visando aumentar seu nível de competitividade, não somente no mercado local, regional e nacional, mas principalmente com relação às indústrias dos chamados países emergentes. E esse fato foi muito bem abordado pelo economista Cláudio Gonçalves que, na condição de consultor, conhece muito bem as necessidades e as carências das empresas de médio e de pequeno porte de nosso país.

Paulo de Albuquerque

Economista
 Paulo José Cavalcanti de Albuquerque
 Diretor da Econokraft Ltda.
 CORECON 2ª. Região - SP – 4.333
 CORECON 1a. Região - RJ – 11.405-7

RELAÇÃO DE REGISTROS NO CORECON-SP - Março / 2007

Inscrição Remida:

Antonia Gabriela Alves Nascimento; Celso Eduardo Moreira; Daguzan Cardoso Dias; Dietlinde Domschat Faria; Enilson Zaninoto; Flavio Reis Cintra; Geraldo Fernandes; Henrique Volasco Filho; João Rozário da Silva; José Luiz da Silva Borges; Luiz Sztajn bok; Miguel Elias Haidamus; Norberto Rui Rossi; Robinson Fernandes do Nascimento; Sergio Salgado de Oliveira; Waldir Barbosa Nogueira; Yoshikadu Yoshida

Registros Definitivos - Pessoa Física:

Anderson Lopes Bastos; Bruno Felipe Gonçalves Bueno; Carla Cavalcanti; Cezar Augusto Mello Chaves de Aragão; Claudia Satiê Hamasaki; Douglas de Freitas Pereira; Elaine Wenzel Gomes; Francisco de Souza Ferreira Filho; Frederico de Souza Marques Furtado; Jorge Rizzo Neto; Leonardo Cesar de Castro; Lucilo Salvador Micheletti; Lucimara Modolo Antonio; Manoel Freire da Silva; Marcelo Hercowitz; Mariana Carvalho Massari; Michelle Fernanda Fulco; Myriam Serfaty

Barbosa Mello; Paulo Thadeu Marangon; Piero Giorgio Vittorio Matussi; Raul Felix; Ricardo Mauricio da Rocha; Ronaldo Alves Pereira

Registros Provisórios - Pessoa Física:

Adriana Manoel Agostinho; Adriano Comparoni Rola; Alexandre Auricchio Cunha; Alice Felipe Perez Morales; Anderson Araujo Rehem; Antonio Carlos Trujillo Rodrigues; Arnaldo Mauerberg Junior; Bruno Augusto Pereira dos Santos Garcia; Camila Yumy Saito; Carlos Alberto Bolina Lazar; Carolina Hatsue Matsumoto Friche; Celso Benedito Citadini Junior; Cinthia Konichi Paulo; Claudia Costa de Oliveira; Claudia Satiê Nakao; Cleidson Aparecido Pereira; Danieli Franco; Danilo Valentin Trajano; Diego de Faveri Pereira Lima; Eduardo de Moura Nikuma; Elcio Bueno dos Santos; Érica Silene Valentim Nobre; Gerson Yoshitsugu Imamura; Gislaine Gorete Spin; Glauce Christina Blasques; Hugo de Souza Garbe; Jeane Oliveira da Silva; Jocimar Marchesin Friche; Karina de Lima; Kellen Priscila de

Oliveira Scarabelli; Omar Muhieddine Franco Abbara; Patricia de Fátima Silva Corrêa; Pedro Leonardo Santos Cacciatori; Priscila Gonçalves dos Santos; Renan Carlos Marques; Suellem Correa Pinhalvel; Tamy Paes Yamazaki; Tiago Felisbino Alves; Tiago Toledo Ferreira; Vanessa Sahemi Wataya; Wellington Galassi Roberto; Wilson da Costa Santos

Registros de Estudante:

Alexandre Correia da Silva; André da Silva Paiva; Andrej Slivnik; Ericsson Lima Inhumá; Gustavo de Sena Brazolim; Jair de Abreu Leme Junior; José Davi Souza Rafael; Nilton Cesar Martins; Rogério Filippini de Almeida; Thiago Sanches Bocchi

Registros Definitivos - Pessoa Jurídica:

Alfa Real Consultoria e Corretagem de Seguros Ltda.; Instituto de Estudos e Pesquisas para o Desenvolvimento com Inclusão Social - DATASOL; Marques Consultoria, Assessoria e Treinamento Empresarial S/S Ltda.



SINDECON - CURSOS E APERFEIÇOAMENTO PROFISSIONAL

CURSO DE ANÁLISE DOS DEMONSTRATIVOS ECONÔMICOS FINANCEIROS DAS EMPRESAS

Dias 05 e 12 de maio – Sábados, das 8h30 às 12h30 e das 13h30 às 18h00
CARGA HORÁRIA: 16 HORAS

MINISTRANTE: SÉRGIO MARTINS DOS REIS:

Sócio/Diretor da Yangi Gestão & Treinamento Empresarial, Presidente da Ong Teu Lar, Consultor financeiro, Docente de cursos de educação continuada em diversas instituições, entre elas Thomson IOB, Ceno Fisco, Lex, IDORT, H&B, Lopes Cursos, GSC Brasil, InteRcHange-RH, Sindcont-SP, Credinfar, ABFAC. Professor de Pós Graduação em Finanças e Controladoria. Pós Graduado em Engenharia Econômico Financeira e Graduado em Ciências Contábeis. Vasta experiência nas áreas de finanças, controladoria, crédito e cobrança em multinacionais de grande e médio porte e segmentos diversificados, tendo participado de star up de empresas, business plan, gerenciamento, planejamento e implantação das áreas de tesouraria, risco e crédito, contas a receber, contas a pagar, controladoria, estudos juntos a ABINNE/FIESP e o desenvolvimento de normas e procedimentos corporativos e desenvolvimento de modelos de gestão, implantação de ERPs.

Objetivo: Dotar aos participantes uma visão crítica em relação aos demonstrativos econômicos financeiros de uma empresa visando suporte à tomada de decisões. Através destes conceitos o profissional poderá avaliar a lucratividade, a saúde financeira e principalmente o grau de risco das empresas através da interpretação de relatórios e dos demonstrativos contábeis.

Público Alvo: Profissionais da área de finanças que necessitem tomar decisões baseadas na capacidade econômica e financeira; Profissionais das áreas de administração geral e controladoria que necessitem manter-se atualizados sobre as técnicas de análise e consultores que desejem aprofundar seus conhecimentos sobre o assunto.

Metodologia: De forma interativa e dinâmica, o conteúdo é apresentado estimulando a troca de experiências, situações compartilhadas e vivências de casos reais e estudos de casos práticos; simulações de tomadas de decisões e situações do dia a dia na empresa, enfatizando a análise dos demonstrativos econômicos das empresas e num conjunto de fatores a serem estudados e levados em consideração pelo grupo, tornando efetivo o aprendizado da proposta do treinamento.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- Objetivos da análise de balanços: porque analisar, adequação aos objetivos;
- Reclassificação e Padronização: simplificação, comparação, descobertas de erros;
- Apresentação dos Demonstrativos Econômicos Financeiros - Balanço Patrimonial,
- Demonstrações de Resultados, Mutações do PL e DOAR;
- Análise Horizontal e Vertical: importância, relação da análise horizontal com a vertical;
- Previsão de Insolvência: modelo Kanitz, como usar os modelos;
- Índices Padrão e Prazos Médios: como utili-

zar os dados, a estatística, desmistificação de padrões;

- Análise de Índices Econômicos Financeiros: análise de liquidez, resultado, estruturais, fluxo de caixa;
- Ciclo Operacional e Financeiro;
- Método de avaliação de empresa;
- Diferenças existentes entre os diversos segmentos de atuação: setor, ramo, sub-ramo;
- Estudos com casos práticos simulando a tomada de decisões.

LOCAL:

Auditório 1 da nova Sede do SINDECON: Rua Almirante Pereira Guimarães, 211, Pacaembu.

DATA E HORÁRIO: Dias 05 e 12 de maio – Sábados, das 8h30 às 12h30 e das 13h30 às 18h00

INVESTIMENTO:

Associados SINDECON e estudantes:

R\$ 300,00 ou 3 cheques de R\$ 100,00

Economistas CORECON:

R\$ 330,00 ou 3 cheques de R\$ 110,00

Outros profissionais:

R\$ 390,00 ou 3 cheques de R\$ 130,00

- **Necessário calculadora simples**

CURSO DE MATEMÁTICA FINANCEIRA E SISTEMAS DE AMORTIZAÇÃO FINANCEIRA METODOLOGIAS E ANÁLISES

Dias 05 e 12 de maio – Sábados - das 8h30 às 12h30 e das 13h30 às 18h00
CARGA HORÁRIA: 16 HORAS

MINISTRANTE: PROF. PEDRO DOS SANTOS:

Engenheiro eletricista e de telecomunicações; Pós-graduado em Administração Financeira; Analista de Mercado de Capitais; Bacharel em Direito; Empresário; Professor de Matemática Financeira há mais de 15 anos.

OBJETIVOS: Proporcionar aos alunos um aprendizado simultâneo do uso da calculadora HP-12 C, com os fundamentos teóricos e práticos da Matemática Financeira de tal maneira que se possa atuar de forma segura em qualquer segmento financeiro, desenvolvendo nos participantes, a capacidade de análise e tomada de decisões financeiras.

PÚBLICO ALVO: Economistas, Peritos Judiciais, Profissionais da Área Financeira, Empresários, Incorporadores, Bancários, Engenheiros e outros, que necessitem acrescentar e reforçar seus conhecimentos para a consolidação e fundamentação de suas decisões e pareceres.

CALCULADORA: O material didático foi elaborado apenas para o modelo de calculadora HP-12C, embora o conteúdo do curso possa ser estendido sem prejuízo a outros modelos de calculadora.

METODOLOGIA: Eminentemente prática, contendo abordagens teóricas, sempre acompanhadas de exercícios resolvidos.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

MÓDULO I

FUNDAMENTOS FINANCEIROS

Conceitos do valor do dinheiro no tempo, juros e etc.

SISTEMAS DE CAPITALIZAÇÕES

Capitalização (Simple e Composta) Cálculo do Valor Presente, Valor futuro, Taxa de juros, Períodos de Capitalização.

EQUIVALÊNCIA DE TAXAS

(Transformação de uma taxa ao ano em taxa ao

mês, ao dia e etc.)

Regimes de Capitalização Simple
Regimes de Capitalização Composta

MÓDULO II

FLUXO DE CAIXA - SÉRIE DE PAGAMENTOS

- Cálculo do Valor de Prestações, do Valor Financiado e da Taxa efetiva
- Série de pagamentos e representação gráfica
- Cálculo da "Taxa Interna de Retorno"
- Cálculo do valor presente de uma série de pagamentos
- Cálculo do valor das prestações – conhecido o valor presente
- Cálculo do valor das prestações – conhecido o valor futuro
- Cálculo do valor futuro de uma série de pagamentos
- Cálculo do número de prestações necessárias para o pagamento de um certo capital
- Classificação das taxas financeiras (Taxa Nominal, Efetiva, Real, de Expectativa, de Desconto.)

MÓDULO III

- Sistemas de amortizações (fundamentos)
- Sistema de amortização "Price" (sem os aspectos da correção monetária)
- Sistema de amortização "Price" (próprio - com os aspectos da correção monetária)
- Sistema de amortização "Price" (impróprio com os aspectos da correção monetária)
- Sistemas de amortizações constantes - tipo 1 e tipo 2 (sem os aspectos da correção monetária)
- Sistema de amortização constante - tipo 1 (com os aspectos da correção monetária) próprio
- Sistema de amortização constante - tipo 2 (com os aspectos da correção monetária) próprio
- Comparativos entre os sistemas de amortizações (com os aspectos da correção monetária) - próprios

LOCAL

Auditório 2 da nova Sede do SINDECON: Rua Almirante Pereira Guimarães, 211, Pacaembu.

DATA E HORÁRIO: 05 e 12 de maio, das 08h30 às 17h30

INVESTIMENTO:

Associados SINDECON e estudantes :

R\$ 300,00 ou 3 cheques de R\$ 100,00

Economistas CORECON:

R\$ 330,00 ou 3 cheques de R\$ 110,00

Outros profissionais:

R\$ 390,00 ou 3 cheques de R\$ 130,00

- **Trazer calculadora financeira, lápis, papel, borracha**

CURSO DE CONTABILIDADE GERENCIAL DE CUSTOS, COM FORMAÇÃO E ANÁLISE DO PREÇO DE VENDA COMO INSTRUMENTAL AOS ECONOMISTAS À ATUAÇÃO EM EMPRESAS.

Dias 19, 26 de maio e 02 de junho – 3 sábados das 8h30 às 12h30 e das 13h30 às 18h00
CARGA HORÁRIA: 24HORAS

MINISTRANTE: PROFESSOR WAGNER LENTINI AGUIAR:

Pelos Cursos já proferidos, de ampla interação seu alto gabarito de conhecimentos e didática, com formação em Ciências Contábeis, Pós Graduado em Finanças, Mestrado em Controladoria, Consultor Empresarial e Professor no Centro de Estudos Álvares Penteado – CEAP.

OBJETIVO: Proporcionar aos ensinamentos da Contabilidade, noções básicas sobre os Sistemas de Custeio por Absorção e Variável, destacando suas vantagens e desvantagens, bem como, suas aplicações nos processos de tomada de decisão (rentabilidade das vendas - sacrifícios da produção – planejamento de resultados) e

Formação e Análise do Preço de Venda.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1- Conceitos de : Gastos, Despesas, Custos e Investimentos, sob enfoque contábil.

2- Sistemas de Custos

- fronteira entre Custos e Despesas; dependências físicas; dependência de informações contábeis.

3- Finalidades dos Sistemas de Custos.

- Classificação dos Custos: em relação ao produto; em relação ao volume produzido.

4- Composição do Custo do Produto:

- Materiais Diretos; Mão de Obra Direta; Custos Indiretos de Fabricação.

5- Custeio por Absorção:

- Esquema básico; Esquema Departamentalizado; Apropriação dos Custos Diretos; Apropriação dos Custos Indiretos; Determinação do CPV e do Lucro Bruto.

6- Custeio Variável (Direto):

- Apropriação dos Custos Variáveis; Determinação da Margem de Contribuição; Análise da Rentabilidade.

7- Utilização da Margem de Contribuição no processo de Tomada de Decisão:

- Sem limitação da Capacidade Produtiva; Com limitação (escassez) da Capacidade produtiva.

8- Análise da relação CUSTO x VOLUME x LUCRO

- Conceitos de Ponto de Equilíbrio: Contábil; Econômico; Financeiro.

- Margem de Segurança;

- Grau de Alavancagem Operacional – GAO.

9- Formação do Preço de Venda

- Pelo custeio por Absorção; Pelo custeio Variável;

- Definição de "Mark-up";

- Preço de Venda à Vista e Preço de Venda à Prazo

LOCAL

Auditório 1 da nova Sede do SINDECON: Rua Almirante Pereira Guimarães, 211, Pacaembu.

INVESTIMENTO:

Associados SINDECON e estudantes:

R\$ 360,00 ou 4 cheques de R\$ 90,00

Economistas CORECON:

R\$400,00 ou 4 cheques de R\$ 100,00

Outros profissionais:

R\$ 440,00 ou 4 cheques de R\$ 110,00

- **Solicitamos aos alunos tragam calculadora das quatro operações, lápis, caneta e borracha.**

INFORMAÇÕES E INSCRIÇÕES:

Nova sede do SINDECON, situada no Rua Almirante Pereira Guimarães, 211, Pacaembu, (11) 3872-9880. As inscrições poderão ser parceladas, sem acréscimo, por meio de cheques pré-datados.

ATENÇÃO: A ficha de inscrição poderá ser retirada também em nosso site www.sindecon-esp.org.br ou requisitada via telfax: (11) 3872-9880 ou e-mail cursossindecon@sindecon-esp.org.br. Após preenchida e assinada, enviá-la pelos correios ou fax/email, **juntamente com os cheques.** O pagamento poderá também, ser feito via transferência/depósito bancário ou boleto, no caso de pagamento em uma só parcela.

CERTIFICADOS

Serão fornecidos certificados com a averbação junto à inscrição no CORECON-SP constando a respectiva Habilitação, desde que possuam registro ativo nesse Órgão e frequência igual ou superior a 75% em cada treinamento. Aos não registrados no CORECON será fornecido Certificado de participação. Inclusive no preço, material de apoio e coffee break.

VAGAS: 40 ALUNOS EM CADA TREINAMENTO



COMBATA A PIRATARIA PROFISSIONAL

EXERCÍCIO ILEGAL DE PROFISSÃO É CRIME!

Economista, comunique ao CORECON-SP situações onde trabalhos restritos aos economistas possam estar sendo realizados por pessoas ou empresas sem registro profissional. Isso é exercício ilegal de profissão: é crime e será autuado.

A informação será examinada e investigada pela Fiscalização do CORECON-SP, com todo o rigor, cuidado e sigilo total da fonte.

ECONOMISTA É UMA PROFISSÃO LEGAL

**DEFENDA A PROFISSÃO E A LEGALIDADE
ENTRE NESSA LUTA**

Informe pelo e-mail fiscalizacao@coreconsp.org.br ou pelo fone 3291-8725 - Fiscalização.



CORECON  **SP**
CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA

www.coreconsp.org.br